



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CONCURSO PÚBLICO
Edital nº 42/2023
Cargo: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Instruções

1. Aguarde autorização do fiscal para abrir o caderno de provas.
2. Este caderno contém 40 questões. Se houver qualquer falha de impressão, comunique ao fiscal, para que faça a substituição do caderno.
3. Use os espaços em branco para rascunho; não destaque folhas da prova.
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o número impresso é o seu número de inscrição. Comunique ao fiscal se os números forem diferentes. Após a verificação, assine o cartão-resposta.
5. Use caneta esferográfica com tinta preta ou azul escuro para preenchimento do seu cartão-resposta. Não dobre seu cartão-resposta, não o manche ou rasure, nem o amasse, pois ele passará por leitura ótica.
6. Marque cada resposta no cartão, preenchendo completamente o campo que contém a letra correspondente à alternativa de sua opção, conforme modelo:



Em cada uma das questões, só existe uma alternativa que responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve marcar apenas uma alternativa para cada questão. Questões marcadas com duas ou mais alternativas ou deixadas em branco receberão pontuação zero.

7. Lembre-se de que o tempo máximo para a realização desta prova e para o preenchimento do cartão-resposta são três horas.
8. Não utilize nenhum material de consulta. Nenhum rascunho será considerado.
9. Entregue ao fiscal seu cartão-resposta. A não devolução desse cartão implicará sua desclassificação imediata.

LÍNGUA PORTUGUESA – 05 QUESTÕES

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 4.

Texto I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 01/2023/GABINETE/PROGRAD/UFES

Vitória, 23 de janeiro de 2023.

Às(Aos) Diretoras(es) dos Centros de Ensino

Às(Aos) Coordenadoras(es) de Curso de
Graduação

Assunto: reposição de aula.

Prezadas(os) diretoras(es) e coordenadoras(es),

Por ocasião da suspensão das atividades acadêmicas e administrativas na data de hoje, 23/01/2023, em função da interrupção no fornecimento de energia e no abastecimento de água, informamos que os docentes deverão, em comum acordo com os discentes, organizar a reposição da carga horária letiva anteriormente prevista para a data.

Solicitamos às(aos) diretoras(es) de centro e coordenadoras(es) de curso que repassem essas informações aos docentes.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Cláudia Maria Mendes Gontijo
Pró-Reitora de Graduação

1ª QUESTÃO. No Texto I, a autora

- A) interrompe uma rotina e suspende uma atividade.
- B) critica uma decisão e condena uma previsão.
- C) organiza uma ação e revê uma deliberação.
- D) provê uma informação e faz uma solicitação.
- E) dá uma instrução e rescinde um contrato.

2ª QUESTÃO. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, de 2018, a respeito do campo “Assunto”, é CORRETO afirmar que ele

- A) precisa promover o conteúdo do documento, de forma extensa.
- B) deve dar uma ideia geral do que trata o documento, de forma sucinta.
- C) pode fornecer uma vaga ideia do documento, de forma fragmentária.
- D) dedica-se a convencer quem lê, de forma organizadora.
- E) produz expectativa em quem vai receber o texto, de forma misteriosa.

3ª QUESTÃO. Considere as ações elencadas a seguir, baseadas no Texto I, e a sua cronologia.

- I. Informação de que os docentes deverão, em comum acordo com os discentes, repor a carga horária letiva anteriormente prevista para a data do ofício.
- II. Suspensão das atividades acadêmicas e administrativas na data do ofício.
- III. Solicitação para que diretoras(es) dos centros de ensino e coordenadoras(es) de cursos de graduação repassem as informações aos docentes.
- IV. Interrupção do fornecimento de energia e no abastecimento de água.

Cronologicamente, a ordem CORRETA dos fatos é

- A) IV – II – I – III
- B) I – III – II – IV
- C) IV – III – II – I
- D) I – II – III – IV
- E) IV – II – III – I

4ª QUESTÃO. A respeito do fecho da comunicação oficial (“Atenciosamente”), o Texto I está em conformidade com o Manual de Redação da Presidência da República, porque está destinado a autoridades

- A) de mesma hierarquia, apenas.
- B) de hierarquia inferior, apenas.
- C) de hierarquia superior, apenas.
- D) de mesma hierarquia e de hierarquia inferior, apenas.
- E) de mesma hierarquia e de hierarquia superior, apenas.

Observe a Figura 1, leia o Texto II e responda às questões de 5 a 7.



FIGURA 1: VAN GOGH, Vincent. **A Noite Estrelada.**

Museu de Arte Moderna, Nova Iorque, EUA, 1889.

Óleo sobre tela. Dimensões: 73,7 × 92,1.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

Texto II

Curiosidades da Noite Estrelada

Van Gogh pintou a vista de sua janela voltada para o leste no asilo 21 vezes. Embora a série retrate várias horas do dia e da noite e diferentes condições climáticas, todas as obras incluem a linha de colinas ao longe e nenhuma mostra as barras na janela do seu quarto.

Um estudo feito pelo **Griffith Park Observatory** demonstrou que Van Gogh representou a Lua, Vênus e várias estrelas na posição exata em que ocupavam naquela noite. Isso nos leva a inferir que o artista possuía grande conhecimento sobre astronomia.

(...)

O físico José Luis Aragon comparou o jogo turbulento de luz e escuridão em obras como “Noite Estrelada” com a expressão matemática da turbulência em ocorrências naturais, como banheiras de hidromassagem e correntes de ar. Van Gogh foi capaz de comunicar com precisão essa agitação usando gradações precisas de luminescência.

ARTEREF. As curiosidades da “Noite Estrelada” que você precisa saber. In: **Arte|Ref. Notícias em arte contemporânea**. [S. l.], 3 out. 2022. Disponível em: <https://arteref.com/pintura/curiosidades-noite-estrelada/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

5ª QUESTÃO. No Texto II, o autor

- A) faz uma análise da obra “Noite Estrelada” (figura 1) apenas com base nas informações fornecidas pela obra artística.
- B) apresenta informações distorcidas da realidade retratada pelo pintor na obra “Noite Estrelada” (figura 1).
- C) relaciona a pintura com outros saberes científicos para justificar as escolhas do pintor na obra “Noite Estrelada” (figura 1).
- D) afirma que o pintor certamente dominava outras técnicas de pintura, como a astronomia.
- E) ressalta que as escolhas de Van Gogh eram baseadas somente no que sua visão permitia.

6ª QUESTÃO. Considere as afirmações, elaboradas a partir do Texto II:

- I. Se é verdade que Van Gogh retratou a Lua, Vênus e várias estrelas na posição exata em que ocupavam naquela noite, então necessariamente é verdade que o artista possuía grande conhecimento sobre astronomia.
- II. Para representar precisamente a Lua, Vênus e várias estrelas na posição exata em que ocupavam naquela noite, era necessário que Van Gogh possuísse grande conhecimento sobre astronomia.
- III. É contraditório afirmar que se Van Gogh representou a Lua, Vênus e várias estrelas na posição exata em que ocupavam naquela noite, então ele não possuía grande conhecimento sobre astronomia.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

7ª QUESTÃO. Considerando o último parágrafo do Texto II, sua paráfrase CORRETA é

- A) À semelhança do que se observa em banheiras de hidromassagem e correntes de ar, a turbulência foi muito bem representada por Van Gogh em “Noite Estrelada”, segundo o físico José Luis Aragon, que comparou o agitado jogo de luz e sombra na pintura.
- B) Assim como nas banheiras de hidromassagem e nas correntes de ar, a luminescência presente nas tintas claras e escuras utilizadas pelo físico José Luis Aragon é capaz de informar a precisão das escolhas de Van Gogh em “Noite Estrelada”.
- C) A matemática das ocorrências naturais faz do jogo de luz e escuridão uma comparação perfeita com a luminescência da “Noite Estrelada” de Van Gogh, que permitiu ao físico José Luis Aragon agitar as correntes de ar em banheiras de hidromassagem.
- D) Na comparação entre a física e a matemática, o físico José Luis Aragon atribuiu a Van Gogh a incapacidade de comunicar a luminescência da luz e da escuridão em um jogo de turbulência que faz com que “Noite Estrelada” possa ser vista como uma banheira de hidromassagem.
- E) A “Noite Estrelada” tem um jogo de claro e escuro que favorece a luminescência das banheiras de hidromassagem nas ocorrências naturais. Isso fez o físico José Luis Aragon ser capaz de comunicar a agitação das correntes de ar na obra de Van Gogh.

Leia o Texto III e responda às questões de 8 a 10.

Texto III

[...]

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único: O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.

[...]

MELLO, Thiago. **Os estatutos do homem** [fragmento]. [s/l], [s/d]. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Direitos%20Humanos/Os%20Estatutos%20do%20Homem.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

8ª QUESTÃO. A respeito do Texto III, o autor produziu

- A) uma trova usando o formato prototípico de um texto argumentativo.
- B) um projeto de lei usando o formato prototípico de um texto poético.
- C) uma proposta de resolução usando o formato prototípico de um texto narrativo.
- D) uma campanha publicitária usando o formato prototípico de um texto poético.
- E) um poema usando o formato prototípico de um texto instrucional.

9ª QUESTÃO. A expressão “fica decretado que”, usada recorrentemente, é um indicativo de que, em textos dessa natureza,

- A) a estrutura normativa se sobrepõe a qualquer outra intenção simbólica de transformar os anseios humanos em obrigаторiedades arbitrárias.
- B) decretar reforça o estereótipo masculino de líder supremo e soberano perante seus liderados.
- C) a menção a um decreto tira todo o encanto das demais expressões, que são voltadas para o belo e para a contemplação do universo.
- D) é importante manter a impessoalidade, dado que o público-alvo é abrangente e desconhecido do autor.
- E) decretar que entidades inanimadas obedeçam a certas ordens só faz reforçar a ideia de que o homem é quem detém o controle de todas as coisas no mundo.

10ª QUESTÃO. Considere as afirmações, elaboradas a partir do Texto III:

- I. Promove uma reflexão sobre a liberdade de escolha do ser humano, ao usar um formato rígido, com normativas que criam obrigações esdrúxulas.
- II. Parte de imagens absurdas, como obrigar que as pessoas confiem umas nas outras, como forma de afirmar a necessidade de se refletir sobre ações que não se cumprem por decreto.
- III. Brinca com o rigor formal, pois as impossibilidades decretadas permitem refletir que há determinadas atitudes que só podem ser tomadas se forem deliberadas, e não obrigadas.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO – 05 QUESTÕES

11ª QUESTÃO. Um dado não tendencioso de seis faces é lançado três vezes. A probabilidade de que o maior valor nos lançamentos seja o dobro do menor valor nos lançamentos é igual a

- A) $1/8$
- B) $1/6$
- C) $2/7$
- D) $1/3$
- E) $5/12$

12ª QUESTÃO. Alberto, Bruno, Carlos, Daniel, Evandro e Fernando são amigos. Cada um deles tem exatamente uma das seguintes profissões: engenheiro, arquiteto, médico, bancário, professor e jornalista, sendo que cada uma dessas profissões é profissão de exatamente um deles. Cada um deles torce por exatamente dois times de futebol dentre os seguintes times: Vasco, Palmeiras, Bahia, Grêmio, Cruzeiro e Ceará.

Sabe-se que

- I. Alberto é bancário.
- II. Bruno torce pelo Bahia e pelo Vasco.
- III. Evandro torce pelo Palmeiras.
- IV. O amigo que é engenheiro não torce pelo Palmeiras e nem torce pelo Vasco.
- V. Carlos torce pelo Vasco e pelo Grêmio.
- VI. Daniel torce pelo Cruzeiro.
- VII. Fernando torce pelo Palmeiras e pelo Cruzeiro.

A profissão de Daniel é

- A) arquiteto.
- B) médico.
- C) engenheiro.
- D) jornalista.
- E) professor.

13ª QUESTÃO. Pedro aplicou uma certa quantia de reais a juros simples de 30% ao mês e, simultaneamente, aplicou a mesma quantia a juros compostos de 10% ao mês. Se M e m são os montantes das aplicações a juros compostos e a juros simples, respectivamente, ao final do terceiro mês após o instante das aplicações, então

- A) $0,65 < M/m < 0,75$
- B) $0,75 < M/m < 0,85$
- C) $0,85 < M/m < 0,95$
- D) $0,95 < M/m < 1,05$
- E) $1,05 < M/m < 1,15$

14ª QUESTÃO. Sejam a e b números reais, com $b \neq 0$. Se a e b^2 são raízes da equação quadrática $x^2 - 9ax + b = 0$, então $a + b$ é igual a

- A) 0,7
- B) 1,3
- C) 1,9
- D) 2,5
- E) 3,1

15ª QUESTÃO. Em um grupo de pessoas, o número de mulheres é igual a 40% do número de pessoas e o número de mulheres capixabas é igual a 65% do número de mulheres. Além disso, no grupo, o número de pessoas que não são capixabas é igual a 70% do número de pessoas. No grupo, a porcentagem do número de homens que não são capixabas em relação ao número de pessoas é igual a

- A) 36%
- B) 41%
- C) 46%
- D) 51%
- E) 56%

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16ª QUESTÃO. Segundo a Resolução nº 5, de 31 de março de 2021, do Conselho Universitário da Ufes (CUUn/Ufes), que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade para o período 2021-2030, é CORRETO afirmar:

- A) A missão da Ufes para o período de 2021 a 2030 é ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a inclusão social, a interiorização, a inovação e o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira, em particular do estado do Espírito Santo.
- B) Na graduação presencial, a Universidade adota como forma de ingresso apenas o Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (Sisu/MEC), regulamentado pela Resolução nº 13/2016, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes.
- C) A Administração Central, por meio de suas pró-reitorias, superintendências e secretarias, de maneira integrada e integradora, deverá acompanhar e orientar os coordenadores de curso quanto ao trabalho pedagógico cotidiano e à efetivação das diretrizes indicadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), incluindo assessoria e acompanhamento técnico aos projetos pedagógicos.
- D) A Diretoria de Centro é o órgão superior deliberativo e consultivo do Centro de Ensino, em matéria administrativa, financeira, didático-curricular, científica, disciplinar e de abertura de cursos de graduação e de pós-graduação.
- E) A implantação e a implementação da Política de Acessibilidade e Ações Afirmativas está restrita ao nível tático e/ou operacional, dependendo exclusivamente de direitos garantidos em legislações específicas.

17ª QUESTÃO. Considere o seguinte caso hipotético: Antônio, servidor da Ufes, ocupante do cargo de assistente em administração, foi notificado pela Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade (PROGEP/Ufes), quanto à decisão, emitida por aquela Diretoria, de instauração de procedimento de ressarcimento ao erário em virtude de o interessado ter gozado de licença capacitação por 30 (trinta) dias, mas não ter apresentado comprovação do cumprimento das ações de desenvolvimento propostas. A chefia imediata do referido servidor, preocupada com essa situação, uma vez que o interessado foi acometido por doença grave e estava hospitalizado, apresentou recurso administrativo perante a PROGEP/Ufes, no prazo de 15 dias da notificação. A PROGEP submeteu o recurso à análise do órgão jurídico, Procuradoria Federal junto à Ufes, e essa, por sua vez, o encaminhou ao Conselho Universitário, instância competente para a análise requerida, nos termos dos regulamentos internos da universidade, o qual emitiu decisão em reunião ocorrida após 60 (sessenta) dias do recebimento dos autos.

Diante dessa situação hipotética e nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é CORRETO afirmar que o recurso:

- A) deverá ser considerado tempestivo, pois foi interposto no prazo previsto em Lei.
- B) pode ser legitimamente apresentado pela chefia imediata em nome do servidor subordinado.
- C) deverá ser submetido a tantas instâncias quantas se julgarem necessárias.
- D) foi decidido pela autoridade competente no prazo previsto em Lei.
- E) deveria ter sido encaminhado à Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, a autoridade que emitiu a decisão recorrida.

18ª QUESTÃO. Acerca da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é CORRETO o que se afirma em:

- A) Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas.
- B) A Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, exceto nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- C) O tratamento de dados pessoais não poderá ser utilizado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, ainda que garantida a anonimização dos referidos dados.
- D) A eventual dispensa da exigência do consentimento pelo titular para o tratamento dos dados pessoais desobriga os agentes designados para tanto das demais obrigações previstas na Lei nº 13.709/2018, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- E) As informações e os dados deverão ser fornecidos sob forma impressa, inadmitindo-se outra.

19ª QUESTÃO. O Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD). A respeito da modalidade de teletrabalho, prevista nesse Decreto, é CORRETO o que se afirma em:

- A) O participante da modalidade de teletrabalho, quando excluído do PGD, deverá retornar, de imediato, à atividade presencial no órgão ou na entidade de exercício.
- B) A modalidade de teletrabalho ocorrerá em regime de execução parcial, inadmitindo-se outra forma.
- C) Na hipótese de revogação do PGD, o órgão ou a entidade poderá requerer do servidor em modalidade de teletrabalho, com antecedência mínima de sessenta dias, o retorno à atividade presencial.
- D) Além dos requisitos gerais para a adesão à modalidade, o teletrabalho com o agente público residindo no exterior somente será admitido para servidores públicos federais efetivos que tenham concluído o estágio probatório.
- E) A modalidade de teletrabalho terá a estrutura necessária, física e tecnológica, providenciada e custeada pela Administração.

20ª QUESTÃO. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, NÃO é proibido ao servidor público:

- A) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- B) participar de administração de sociedade privada personificada durante o gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei nº 8.112/1990, observada a legislação sobre conflito de interesses.
- C) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- D) proceder de forma desidiosa.
- E) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

21ª QUESTÃO. Sobre a Lei nº. 12.618, de 30 de abril de 2012, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, considere as afirmativas a seguir:

- I. A Funpresp-Exe é estruturada na forma de fundação, com personalidade jurídica de direito público.
- II. O benefício especial está sujeito à incidência de contribuição previdenciária.
- III. O participante cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista, poderá permanecer filiado aos respectivos planos de benefícios.
- IV. A remuneração do servidor, quando devida durante afastamentos considerados por lei como de efetivo exercício, será integralmente coberta pelo ente público, continuando a incidir a contribuição para o regime instituído pela Lei nº 12.618/2012.
- V. O servidor com remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social não poderá aderir aos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618/2012.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) V, apenas.

22ª QUESTÃO. Segundo a Resolução nº. 28, de 12 de dezembro de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes (CEPE/Ufes), que regulamenta a Extensão na Universidade, é CORRETO o que se afirma em:

- A) Todas as prestações de serviços feitas pela universidade devem implicar inovação como criação cultural, pesquisa científica e tecnológica e envolve estudantes.
- B) As ações de extensão coordenadas por servidores técnico-administrativos deverão ser protocoladas no seu setor de origem, ter a anuência da chefia imediata e ser submetidas à aprovação na Câmara Local de Extensão Universitária.
- C) As oficinas de extensão caracterizam-se como ações de caráter teórico e/ou prático que proporcionam vivências e/ou experiências aos participantes, com o objetivo de articular saberes acadêmicos com as práticas sociais, contribuindo com a difusão de conhecimentos junto à sociedade, com carga horária mínima de quatro horas.
- D) Os programas de extensão devem ter duração mínima de um mês e os projetos de extensão, dois anos.
- E) Os coordenadores de quaisquer ações de extensão deverão apresentar à Proex/Ufes relatórios semestrais.

23ª QUESTÃO. Segundo a Resolução nº. 3, de 28 de janeiro de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes (CEPE/Ufes), que aprova o Regulamento Geral da Pós-Graduação da Universidade, é CORRETO afirmar que o prazo para conclusão dos cursos de mestrado ou doutorado deverá observar os limites máximos de

- A) mestrado: 24 meses; doutorado direto ou com título prévio de mestre: 48 meses.
- B) mestrado: 48 meses; doutorado direto ou com título prévio de mestre: 24 meses.
- C) mestrado: 24 meses; doutorado com título prévio de mestre: 48 meses; doutorado direto: 60 meses.
- D) mestrado: 30 meses; doutorado com título prévio de mestre: 48 meses; doutorado direto: 66 meses.
- E) mestrado: 24 meses; doutorado com título prévio de mestre: 36 meses; doutorado direto: 48 meses.

24ª QUESTÃO. Sobre a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, considere as afirmativas a seguir:

- I. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- II. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita.
- III. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, o preenchimento dessas vagas ocorrerá em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- IV. No caso de não preenchimento das vagas reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes da comunidade em geral, excluindo-se qualquer tipo de salvaguarda.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

25ª QUESTÃO. Segundo a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é INCORRETO o que se afirma em:

- A) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- B) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- D) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal.
- E) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, o provimento de cargo público, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores, exclusivamente, das áreas da saúde e segurança.

26ª QUESTÃO. Acerca do Caderno de Avaliação Institucional: Conhecendo o Processo de Autoavaliação da Universidade Federal do Espírito Santo, é CORRETO o que se afirma em:

- A) A missão da Ufes é ser reconhecida como Instituição pública de excelência nacional e internacional em Ensino, Pesquisa e Extensão, integrada à sociedade e comprometida com a inovação e o desenvolvimento sustentável.
- B) Os órgãos suplementares não integram a Administração Superior no que se refere à estrutura organizacional da Ufes, definida pela Resolução nº 22/2019 do Conselho Universitário da Instituição.
- C) O Projeto de Avaliação Institucional deve ser submetido ao Conselho Universitário da Instituição para aprovação.
- D) O Plano de Trabalho é um instrumento gerencial de planejamento de curto prazo, que poderá compreender o período total de seis meses.
- E) O Relatório de Avaliação Institucional é uma avaliação trianual, mas o Plano de Ações deve ser realizado obrigatoriamente todo ano.

27ª QUESTÃO. De acordo com o Estatuto da Ufes, o órgão competente para aprovar a prestação de contas anual da Universidade, apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada ao Ministério da Educação é o/a

- A) Conselho Universitário.
- B) Conselho de Curadores.
- C) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- D) Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.
- E) Pró-reitoria de Administração.

28ª QUESTÃO. A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para garantir a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, prevê a possibilidade de apresentação de manifestações pelos interessados perante os órgãos ou entidades da Administração, os quais, nos procedimentos administrativos relativos à análise das referidas manifestações, deverão observar, com vistas à efetiva resolução, os princípios da

- A) transparência e cortesia.
- B) segurança e efetividade.
- C) regularidade e eficiência.
- D) eficiência e efetividade
- E) eficiência e celeridade.

29ª QUESTÃO. Considere o seguinte caso hipotético: A Ufes publicou edital de licitação, na modalidade pregão, para aquisição de computadores, estabelecendo como critérios de julgamento tanto o menor preço, como também a possibilidade de os licitantes estabelecerem descontos para os valores de referência previamente definidos; com prazo de apresentação das propostas de 05 (cinco) dias úteis, as quais terão validade por 60 (sessenta) dias, e serão garantidas em até cinco por cento do valor do contrato.

Diante dessa situação hipotética e nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, é CORRETO o que se afirma em:

- A) O procedimento pode ser considerado regular, pois as disposições do edital estão em conformidade com a legislação vigente.
- B) O prazo está em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, mas a Ufes se equivocou quanto à adoção de mais de um critério de julgamento.
- C) O procedimento pode ser considerado irregular, pois o edital está em desacordo com a Lei nº 10.520/2002, e a modalidade de licitação apenas admite como critério de julgamento o de menor preço.
- D) O prazo para apresentação das propostas está em conformidade com a legislação, qual seja, até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da publicação do aviso.
- E) O procedimento pode ser considerado irregular pois o prazo de validade das propostas, conforme a Lei nº 10.520/2002, deve ser de 30 (trinta) dias.

30ª QUESTÃO. Nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, é ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- A) frustrar a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
- B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- C) deixar de prestar contas quando se é obrigado a fazê-lo.
- D) incorporar, por qualquer forma, ao patrimônio de servidor, bens integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas.
- E) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público.

31ª QUESTÃO. Sobre o Processo Permanente de Avaliação Institucional, regulamentado pela Resolução nº 49, de 15 de setembro de 2016, do Conselho Universitário da Ufes, é INCORRETO o que se afirma em:

- A) A avaliação interna é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade as potencialidades e fragilidades da instituição.
- B) O comparecimento às reuniões pelos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) vinculados à Ufes é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade acadêmica e administrativa da universidade.
- C) A avaliação interna será estabelecida com base em um Projeto de Avaliação Institucional, a ser proposto e atualizado sempre que necessário pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), contando com suporte administrativo da Secretaria de Avaliação Institucional.
- D) A Administração Central disporá apoio de infraestrutura física e de pessoal à Comissão Própria de Avaliação (CPA), para desempenho das respectivas atribuições.
- E) O efetivo exercício da presidência da Comissão Própria de Avaliação (CPA), somente ao servidor docente, garante a atribuição de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

32ª QUESTÃO. Acerca dos procedimentos e julgamentos de licitações, conforme previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considere as afirmativas a seguir:

- I. No julgamento das propostas, a comissão de licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.
- II. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.
- III. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.
- IV. Em qualquer modalidade de licitação, a comissão de licitação pode ser substituída por servidor designado nas pequenas unidades administrativas e com exiguidade de pessoal.
- V. Uma das modalidades de licitação é o leilão, que somente pode ser cometido a leiloeiro oficial.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

33ª QUESTÃO. De acordo com a Resolução nº 35, de 14 de agosto de 2017, do Conselho Universitário da Ufes, que institui o Programa Integrado de Bolsas para Estudantes de Graduação da UFES (PIB/UFES), é CORRETO o que se afirma em:

- A) O acompanhamento de todas as modalidades de bolsa do PIB/UFES ocorrerá por meio de relatórios semestrais, apresentados preferencialmente on-line, aos órgãos responsáveis pela bolsa.
- B) É permitida a concessão de bolsas do PIB/UFES apenas a estudantes brasileiros regularmente matriculados nos cursos de graduação desta universidade.
- C) Na seleção dos bolsistas será dada prioridade exclusivamente aos estudantes pretos e pardos (PP) ou que possuam renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos per capita, cabendo à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Cidadania manter atualizado o banco de dados dos estudantes cadastrados.
- D) O Programa de Extensão da UFES (PIBEx) é coordenado e supervisionado pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio de projetos de extensão submetidos e coordenados pelos professores e/ou técnicos administrativos.
- E) O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é destinado aos estudantes dos cursos de licenciatura e bacharelado participantes de projetos de iniciação à docência e é desenvolvido pela Instituição de Ensino Superior (IES).

34ª QUESTÃO. O horário especial previsto no art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, está regulamentado na Ufes pela Resolução nº 27, de 29 de agosto de 2019, do Conselho Universitário da Ufes. De acordo com essa Resolução, é INCORRETO afirmar que o horário especial

- A) será concedido mediante compromisso de compensação de horário pelo servidor beneficiado no setor em que tiver exercício, em toda e qualquer hipótese.
- B) será concedido ao servidor estudante matriculado como aluno regular em curso de educação formal, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que, comprovadamente, demonstrar incompatibilidade entre o horário escolar e o exercício de suas atribuições.
- C) deverá ser requerido pelo servidor estudante a cada período letivo, anexando documentação referente ao período correspondente.
- D) será concedido ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, cabendo ao Serviço de Perícia Oficial do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass) da Ufes avaliar a necessidade de concessão, observada a legislação vigente.
- E) não será concedido ao servidor ocupante de função gratificada (FG), função de coordenador de curso (FCC) ou cargo de direção (CD).

35ª QUESTÃO. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, regulamenta a extensão do direito de receber atendimento prioritário ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal. Nessa extensão do direito, NÃO está(ão) incluído(s)/a(s)

- A) o atendimento em todas as instituições e os serviços de atendimento ao público.
- B) o acesso a informações e a disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- C) a tramitação processual e os procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
- D) a disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e a garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- E) a proteção e o socorro em quaisquer circunstâncias.

36ª QUESTÃO. Considere o seguinte caso hipotético: Maristela, servidora da Ufes, ocupante do cargo de assistente em administração, investida em função de confiança de Coordenadora (FG-01), integrante de determinada Pró-Reitoria da Ufes, requereu em junho de 2023 licença para capacitação, pelo período de 15 (quinze) dias, para elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação em Arquivologia, a partir de julho de 2023. A chefia imediata da referida servidora, conhecedora da situação e do exíguo prazo para realização da atividade necessária à conclusão do curso, e por considerar o comprometimento e a dedicação com o serviço pela interessada, autorizou o imediato afastamento solicitado, assumindo a responsabilidade pela inserção das informações no processo específico e no registro de frequência da servidora.

Diante dessa situação hipotética e nos termos do Decreto nº. 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, é CORRETO o que se afirma em:

- A) A solicitação não deverá ser atendida, pois a norma não prevê a possibilidade de concessão de licença para capacitação para elaboração de trabalho de conclusão de curso.
- B) A chefia imediata da servidora procedeu de forma inadequada ao permitir o afastamento imediato da interessada, sem observar o procedimento devido e sem possuir a competência própria para a concessão requerida.
- C) A solicitação não deverá ser atendida, pois a norma não prevê a possibilidade de concessão de licença para capacitação de forma parcelada, com período de duração de 15 (quinze) dias.
- D) A servidora deverá requerer dispensa da função de confiança a contar da data de início do afastamento.
- E) A solicitação deverá ser atendida independentemente de a ação de desenvolvimento estar prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufes.

37ª QUESTÃO. Sobre o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, considere as afirmativas a seguir:

- I. Qualquer ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- II. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, terá de decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, independentemente de qualquer análise quanto à honestidade do ato.
- III. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular do servidor público.
- IV. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do servidor que cometeu a falta.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

38ª QUESTÃO. Considere o seguinte caso hipotético: Márcio, servidor estável da Ufes, ocupante do cargo de assistente em administração, teve a penalidade de demissão aplicada pelo Reitor, em razão de ter praticado a infração prevista no art. 132, inciso VII, da Lei nº 8.112/1990, qual seja, ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular. Irresignado, o ex-servidor buscou auxílio do Poder Judiciário, o qual emitiu sentença judicial invalidando a referida penalidade.

Tendo em vista essa situação hipotética e nos termos da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, é CORRETO afirmar que, diante da decisão judicial que invalida a demissão, Márcio

- A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- B) ficará em disponibilidade, com remuneração equivalente à que recebia por ocasião da aplicação da mencionada penalidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, ainda que em estágio probatório, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- D) será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- E) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

39ª QUESTÃO. Segundo o Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, é CORRETO o que se afirma em:

- A) O sistema federal de ensino abrange apenas as instituições federais de ensino superior (IFES) e os órgãos federais de educação superior.
- B) A educação superior é livre à iniciativa privada e independe de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- C) O Ministério da Educação não poderá instituir, em nenhuma hipótese, processo simplificado para aumento do número de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades.
- D) A identificação da modalidade de ensino é necessária na emissão e no registro de diplomas.
- E) O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

40ª QUESTÃO. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, NÃO constitui(em) conduta(s) ilícita(s) que enseja(m) responsabilidade do agente público ou militar:

- A) Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.
- B) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- C) Promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito da competência do órgão a que estiver vinculado, de informações de interesse coletivo custodiadas pelo referido órgão.
- D) Destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.
- E) Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.